EDITAL Nº 58/2.025

(REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90037/2.025
PROCESSO SA/DL N° 72/2.025
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal –
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br/
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP https://pncp.gov.br/app/editais/
UASG: 986727
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 25/04/2025
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/05/2025, às 9:00 horas (horário de Brasília)

PREÂMBULO

A Sessão Pública de processamento do pregão eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/, às 9:00 horas (horário de Brasília) do dia 19 de maio de 2.025 e havendo a necessidade de prorrogação o Pregoeiro definirá o horário de início da segunda sessão.

A reunião será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Portal de compras do Governo Federal.

Todas as informações e esclarecimentos a respeito do presente Edital poderão ser obtidos no site do Portal de Compras do Governo Federal, https://www.gov.br/compras/pt-br/ referente ao presente pregão eletrônico, nos campos próprios disponíveis.
Qualquer alteração ulterior será disponibilizada nas páginas da Internet www.montealto.sp.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A Prefeita do Município de Monte Alto torna público que se acha aberta nesta Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 51.816.247/0001-11, com sede administrativa à rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº. 1.390, licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, do modo aberto e fechado, abrigado nos autos do Processo Administrativo nº 72/2.025, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Todos os procedimentos do presente certame obedecerão a Lei federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2.021, o Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

Integram o presente edital:

Anexo I	- Modelo de Proposta Comercial;
Anexo II	- Termo de Referência;
Anexo III	- Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo IV	- Modelo de Declarações;
Anexo V	- Termo de Opção e Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; e
Anexo VI	- Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

A despesa decorrente da presente licitação será suportada por recurso de dotação própria na vigente lei orçamentária, com as seguintes classificações contábeis:

02.07.02.10.301.0021.2040.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 743

02.07.02.10.301.0021.2152.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 797

02.07.02.10.301.0021.2154.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 800

02.07.02.10.301.0021.2155.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 802

02.07.02.10.301.0021.2157.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 804

02.07.02.10.301.0021.2160.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 807

02.07.06.10.303.0021.2104.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 947

02.07.06.10.303.0021.2104.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 948

02.07.06.10.303.0021.2104.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 949

02.07.06.10.303.0021.2104.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 950

02.07.02.10.301.0021.2040.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 1967

02.07.06.10.303.0021.2104.3.3.90.30.09
Ficha Analítica nº 1968

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste pregão o registro de preços de medicamentos para a Atenção Básica, destinados à Farmácia Municipal, às farmácias das unidades Accácio de Oliveira Nunes, João Thiago de Camargo, Dr. Roberto da Rocha Leão, e para a farmácia do Pronto Socorro Municipal, tudo conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas neste Edital e Anexos, visando contratações futuras.

1.1.1 - Serão admitidos somente medicamentos industrializados, não serão aceitos medicamentos provenientes de manipulação.

1.2 - O presente processo de licitação seguirá as seguintes fases, em sequência: apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, resolução de recursos, caso houver, adjudicação do objeto licitado e homologação.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

2.1.1 - As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital.

2.2 - Para os itens: 1 ao 250, do Anexo I, deste Edital, poderão participar deste pregão as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências de credenciamento e de habilitação.

2.3 - Para os itens: 251 ao 254, do Anexo I, deste Edital, somente poderão participar microempresas e empresas de pequeno porte do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências de credenciamento e de habilitação.

2.4 - Estarão impedidas de participar as empresas que:

2.4.1 - Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração de Monte Alto, com base no artigo 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.4.2 - Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.4.3 - Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.4.4 - Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do inciso VI, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/21;

2.4.5 - Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.4.6 - Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n° 12.529/2011;

2.4.7 - Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.4.8 - Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.4.9 - Que constar qualquer impedimento de contratar com a Administração pública no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

2.5 - A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Portal de Compras do Governo Federal, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema Compras.gov.br, relativos ao pregão eletrônico.

2.6 - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da chave e senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.6.1 - Em caso de perda ou quebra do sigilo da chave de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

2.7 - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.8 - O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela

atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2 - O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à Prefeitura de Monte Alto, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4 - DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá encaminhar a proposta, com a descrições dos objetos ofertados e preços, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 - O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

4.4 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

4.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.7 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.7.1 - Preço correspondente ao valor unitário e total de cada item, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 23 da Lei 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R$), considerando as características constantes do Anexo I e II, deste Edital.

4.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.9 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado por este Edital.

4.9.1 - As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

4.9.2 - A empresa licitante deverá ofertar o quantitativo máximo previsto no Anexo I, deste Edital, sob pena de desclassificação.

4.10 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.11 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.12 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 - Será exigida apresentação dos seguintes documentos de habilitação, apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es):

5.1.1 - **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) Demonstração da capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, por meio da comprovação de sua existência jurídica, através dos seguintes documentos, conforme o caso:

b) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

5.1.2 - Quanto à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:**

a) Prova que possui conhecimento técnico e experiência prática no fornecimento de medicamentos, por meio da apresentação de certidão ou atestado expedido necessariamente em nome do licitante;

a.1) Só serão considerados válidos os atestados em papel timbrado, com identificação do nome, CNPJ e endereço do emissor. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física, devidamente identificada com o nome, cargo exercido, números de telefone e/ou de correio eletrônico para contato, estando as informações sujeitas à conferência pelo Pregoeiro.

a.2) O documento de comprovação da capacidade técnica poderá ser objeto de diligência, a critério do Pregoeiro, para efeito de complementação das informações ou para atestar sua fidedignidade.

5.1.3 - **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais), Estadual (inscritos em dívida ativa) e municipal (mobiliário), ou outras equivalentes, na forma da lei;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5.1.3.1 - Para efeito de prova de regularidade fiscal, social e trabalhista serão admitidas certidões positiva de débitos, com efeito de negativas.

5.1.4 - **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**

5.1.4.1 - Certidão negativa de falência expedida nos últimos 60 (sessenta) dias, anteriores à data da realização da sessão pública eletrônica do pregão, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.5 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.2 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5.4 - Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo mostrado no Anexo IV, deste Edital, atestando que:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato (Pedidos de Compra) serão efetuadas através do Sítio Eletrônico da Prefeitura e Diário Oficial do Município de Monte Alto;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

d) Que tomou conhecimento das reais condições e peculiaridades inerentes ao fornecimento dos produtos, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem a proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento e certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma reclamação de desconhecimento do objeto licitado;

e) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito no Anexo I. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

f) De que conhece a obrigação de assinar a Ata de Registro de Preços, para o caso de ser adjudicatária no pregão, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas nos incisos IV e VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento;

g) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 - Para a comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão apresentar:

5.5.1 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V, deste Edital;

5.5.2 - Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.5.3 - Quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3° da Lei Complementar n° 123/06.

5.6 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório ou por consulta pública em sítios eletrônicos de instituições expedidoras ou que a sua autenticidade seja feita por agente da Administração municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

5.7 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

5.8 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

5.9 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação da proponente.

5.10 - O Pregoeiro, a seu critério, diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos “sites” dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

6 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2.1 - A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/21, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do objeto.

6.6 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 0,01% (um centésimo por cento);

6.6.2 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.7 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado.

6.9 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 5 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final, sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.10.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 5 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11 - Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.12 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13.1 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente

decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

6.14 - O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.15 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo, à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

6.16.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.17.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.17.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.18.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19 - Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.

6.20 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.21 - O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar:

6.21.1 - Sua proposta final deverá ser formulada nos termos do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, com a indicação do nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal; conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento.

6.22 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1 - O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.23 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

6.23.1 - Contenha vício insanável ou ilegalidade;

6.23.2 - Não obedeça às especificações contidas em edital;

6.23.3 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.23.4 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.23.5 - Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.23.5.1 - Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.23.5.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2° do art. 59 da Lei n° 14.133/21.

6.24 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.25 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

7.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 - SICAF;

7.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

7.1.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

7.1.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.5 - Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

7.1.6 - Relação de empresas apenadas pela Prefeitura de São Paulo.

7.1.7 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.8 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 - O julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) a habilitação dos licitantes será verificada por meio da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica exigidos na Cláusula Quinta, deste Edital.

a.1) O Pregoeiro poderá valer-se dos documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

a.2) Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação do Pregoeiro.

b) Caso os dados e informações constantes nos documentos de habilitação ou no cadastramento no SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 5 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente via sistema, a ser solicitado pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação;

d) A Administração municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 7.2, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento;

f.1) A prerrogativa tratada na alínea "f" abrange apenas a regularidade fiscal, social e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 7.2.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico;

7.3 - A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do item 7.2 deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.4 - Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do item 7.2, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 7.3 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal, social e trabalhista.

7.5 - Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 7.3, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

7.6 - Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 7.3, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.7 - Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária deixar de apresentar no prazo estabelecido os documentos de habilitação, nos termos do subitem 7.3, do Edital.

7.8 - A Administração municipal poderá exigir o reconhecimento de firma em documento que restar dúvida de autenticidade.

8 - DA ATA, DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DOS PREÇOS.

8.1 - A ata de registro de preços, documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual serão registrados o objeto e os

preços, para o licitante, será subscrita pelo convocado e pela autoridade municipal, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município.

8.1.1 - O licitante convocado que deixar de assinar a ata no prazo fixado, dela será excluído. A recusa equivale à infração prevista no artigo 156 da lei federal nº 14.133/21, sujeitando-o à aplicação da multa fixada no artigo 35, do Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2.023.

8.1.2 - Será registrado somente o preço do licitante vencedor do certame.

8.1.3 - O preço registrado somente será alterado na hipótese prevista no inciso II, alínea d, do artigo 124, da Lei federal nº 14.133/21.

8.1.4 - A ata de registro de preço implicará em compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital, mas não obrigará a Administração municipal a contratar.

8.1.5 - A Prefeitura de Monte Alto será a única contratante do fornecimento dos produtos de preços registrado.

8.2 - O registro de preços terá validade de 1 (um) ano, cujo prazo iniciar-se-á a partir da data da publicação da respectiva ata.

8.2.1 - O prazo de vigência da ata de registro poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração Municipal.

8.3 - O cancelamento do registro de preços ocorrerá quando o fornecedor:

8.3.1 - Recusar-se a retirar o instrumento contratual equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

8.3.2 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.3.3 - For declarado inidôneo ou impedido de contratar com a Administração, nos termos dos artigos 7º. e 87, respectivamente, das Lei Federais nº. 8.666/93, alterada posteriormente, Lei Federal nº. 10.520/02 e art. 156, do Lei federal nº 14.133/21.

8.3.4 - Descumprir sua obrigação para a entrega dos produtos de preços registrados, relacionados nos Pedidos de Compra emitidos, dentro do prazo fixado.

8.3.5 - Ocorrendo culpa da empresa fornecedora, em caso de cancelamento da ata de registro de preços, será aberto procedimento administrativo para aplicação das sanções previstas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/21.

9 - DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

9.1 - Contado a partir da data da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município, os fornecedores dos bens nela incluídos, terão o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para assinar a ata de registro de preços.

9.1.1 - O prazo fixado no item anterior admite prorrogação apenas uma única vez, desde que por igual período e que o convocado apresente convincente justificativa até o último dia do primeiro período de tempo.

9.1.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, nos termos do § 5º, do artigo 90, da Lei federal nº 14.133/21.

9.2 - Não será exigida a prestação de garantia contratual, conforme faculdade esculpida no artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.3 - Se, por ocasião da formalização da ata, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Unidade requisitante do órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.4 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.5 - O registro de preços na ata não obriga a Prefeitura Municipal de Monte Alto a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

10 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 - O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento do Pedido de Compra, na Farmácia Municipal, localizada na rua Jeremias de Paula Eduardo, nº 2320, Centro, correndo por conta da contratada todas as despesas de transporte, embalagem, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.

10.2 - Só serão emitidos atestados de recebimento se os produtos entregues estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

10.3 - As parcelas deverão ser entregues em quantidades de acordo com as necessidades de consumo, acompanhadas da nota fiscal.

10.4 - A empresa adjudicatária obriga-se a entregar qualquer que seja a quantidade dos produtos registrados, não sendo admitido o acúmulo de pedidos para entrega posterior.

10.5 - Só serão emitidos atestados de recebimento se os produtos entregues estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

11 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1 - Na impossibilidade de se examinar detalhadamente os produtos no momento da entrega, estes serão recebidos provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis da data do feito, cuja comprovação dar-se-á através de aposição de carimbo próprio em qualquer espaço da nota fiscal.

11.2 - O recebimento definitivo do objeto dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, desde que o responsável pela tarefa conclua pela conformidade e aceitação das especificações e quantidades contratadas, mediante recibo passado no verso do documento fiscal correspondente.

11.2.1 - Na hipótese de confirmação de defeitos ou divergências quanto às características dos produtos contratados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a sua substituição, vedada a aplicação de qualquer penalidade durante esse período.

11.2.2 - Caso seja constatada diferença a menor de quantidades, o prazo máximo para a complementação será de 5 (cinco) dias, com início a partir da notificação.

12 - DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega dos produtos, atestada pelo recibo de que trata o **item 11.2** anterior.

12.2 - O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada.

12.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.

12.4 - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Monte Alto.

12.5 - O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item 13.1, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró rata tempore” em relação ao atraso verificado.

12.6 - Nos termos do Decreto Municipal nº 4.655, publicado no Diário Oficial do Município no dia 4 de agosto de 2023, que regulamenta a IN RFB 1234/2012, o Município de Monte Alto efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre o fornecimento de bens e prestações de serviços, conforme alíquotas dispostas na tabela anexa ao referido decreto.

13 - DAS SANÇÕES

13.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Alto, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 3 (três) anos, ou, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023.

13.2 - A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas moratórias previstas no Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, integrante deste Edital, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

14 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Com até 3 (três) dias úteis anteriores da data fixada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

14.2 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema ou através do correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2.1 - As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro ou Unidade Requisitante no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao dia útil anterior à data fixada para a abertura do certame.

14.2.2 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.3 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

14.4 - Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 7.2 a 7.4, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

14.5 - Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

14.6 - Os recursos e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.gov.br/compras/pt-br, opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 14.5.

14.7 - A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 14.4 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente os atos de adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

14.8 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2 - Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Portal de Compras do Governo Federal.

15.3 - Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro.

15.4 - O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1 - Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2 - Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5 - Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Administração municipal, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6 - A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo Pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

15.7 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1 - As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.

15.7.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8 - Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou pelo Pregoeiro, via chat.

15.9 - O resultado deste pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Portal Nacional da Contratações Públicas – PNCP, no Diário Oficial do Município e nos sítios eletrônicos: www.montealto.sp.gov.br. e https://www.gov.br/compras/pt-br.

15.10 - Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.11 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Alto.

Monte Alto, 24 de abril de 2.025.

Maria Helena Aguiar Rettondini
Prefeita

PREFEITURA DE
MONTE ALTO

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2.025
PROCESSO SA/DL Nº 72/2.025

Apresentamos nossa proposta para o registro de preços dos medicamentos a seguir relacionados, de conformidade com as regras editalícias estabelecidas no edital pertinente:

Item	Especificação (*)	Unid.	Quantidade Máx. Anual	Marca Ofertada	Indicação da quantidade da embalagem	Valor unitário ofertado R$	Valor subtotal R$
ITENS ABERTOS À PARTICIPAÇÃO DE TODAS AS LICITANTES INTERESSADAS							
1	Acebrofilina 10 mg/ml xarope adulto frasco c/ 120ml	UNID	3.000				
2	Acebrofilina 5mg/ml xarope pediátrico frasco c/ 120 ml	UNID	3.000				
3	Acetato de retinol (10.000 UI/g), aminoácidos (25mg/g), metionina (5 mg/g) e cloranfenicol (5mg/g) bisnaga c/ 3,5 g	UNID	300				
4	Aciclovir creme bisnaga c/ 10 g	UNID	2.500				
5	Aciclovir 200 mg	CP	50.000				

6	Ácido acetilsalicílico 100 mg	CP	500.000				
7	Ácido fólico 5 mg	CP	80.000				
8	Ácido Tranexâmico 250 mg	CP	5.000				
9	Ácido Valproico 250 Mg	CP	100.000				
10	Ácido Valproico 250mg/5ml frasco c/ 100ml	UNID	1.500				
11	Ácido Valproico 500mg	CP	100.000				
12	Água, alginato de cálcio, carboximetilcelulose, propilenoglicol e imidazolidinilureia-85gr	UNID	1500				
13	Albendazol 40 mg/ml suspensão frasco c/ 10 ml	UNID	5.000				
14	Albendazol 400 mg	CP	7.000				
15	Alopurinol 300 mg	CP	90.000				
16	Alprazolan 1 mg	CP	350.000				
17	Ambroxol 15 mg/5ml xarope pediátrico frasco c/ 100ml	UNID	2.000				
18	Ambroxol 30 mg/5 ml xarope adulto frasco c/ 100ml	UNID	3.000				
19	Aminofilina 100mg	CP	18.000				
20	Amiodarona 200 mg	CP	80.000				
21	Amitriptilina 25 mg	CP	500.000				
22	Amitriptilina 75 mg	CP	36.000				

23	Amoxicilina 250 mg/5ml suspensão frasco c/ 60 ml	UNID	4.000				
24	Amoxicilina 400 mg/5ml +clavulanato potássio 57 mg/5ml suspensão c/ 70 ml	UNID	8.000				
25	Amoxicilina 500mg	CP	90.000				
26	Amoxicilina 875 mg + clavulanato de potássio 125mg	CP	120.000				
27	Anlodipino 10 mg	CP	90.000				
28	Azitromicina 200 mg/5ml suspensão frasco c/ 15ml	UNID	4.000				
29	Azitromicina 500mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	50.000				
30	Biperideno 2 mg	CP	70.000				
31	Bisacodil 5mg	CP	4.000				
32	Bisoprolol 5mg cpr sulcado	CP	100.000				
33	Borato de 8 – hidroxiquinolina 0,04% + trolamina 14% - solução otológica frasco c/ 8 ml	UNID	1.000				
34	Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml solução de 20ml	UNID	400				
35	Brometo de Otilônio 40 mg	CP	20.000				
36	Bromoprida 10 mg	CP	80.000				
37	Bromoprida 4 mg/ml gotas c/ 20 ml	UNID	3.000				

38	Bupropiona 150mg	CP	200.000				
39	Butilbrometo de escopolamina 6,67 mg/ml+dipirona 333,40 mg/ml c/ 20 ml gotas	UNID	1.000				
40	Butilbrometo de escopolamina+dipirona 10/250 mg	CP	100.000				
41	Carbamazepina 20 mg/ ml xarope c/ 100 ml	FRS	2.000				
42	Carbamazepina 200 mg	CP	350.000				
43	Carbonato de lítio 300 Mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	100.000				
44	Carbonato de cálcio 500mg	CP	20.000				
45	Carvedilol 12,5 mg	CP	120.000				
46	Carvedilol 25 mg	CP	100.000				
47	Carvedilol 3,125 mg	CP	25.000				
48	Carvedilol 6,25 mg	CP	80.000				
49	Cefalexina 250 mg/5ml suspensão c/ 100 ml	UNID	2.500				
50	Cefalexina 500 mg	CP	120.000				
51	Cetoconazol 200 mg	CP	5.000				
52	Cetoconazol 20 mg/g c/30g creme	UNID	3.000				

53	Cetoconazol 20mg/g+dipropionato de betametasona 0,5mg/g + sulfato de neomicina 2,5mg/g – creme c/30 gramas	UNID	1.500				
54	Cetoprofeno 20 mg/ml gotas c/ 20ml	UNID	1.800				
55	Cetoprofeno 100mg	CP	150.000				
56	Ciclopentolato 1% colírio c/ 5 ml	UNID	20				
57	Cilostazol 100 mg	CP	60.000				
58	Cilostazol 50 mg	CP	84.000				
59	Cinarizina 25 mg	CP	30.000				
60	Cinarizina 75 mg	CP	40.000				
61	Ciprofloxacino 500mg	CP	70.000				
62	Citrato de tamoxifeno 10mg	CP	5.000				
63	Citrato de tamoxifeno 20 mg	CP	7.000				
64	Clindamicina 300mg	CP	20.000				
65	Clomipramina 10 mg	CP	7.000				
66	Clomipramina 25 mg	CP	80.000				
67	Clonazepam 2,5 mg/ml gotas c/ 20 ml	FRS	3.000				
68	Clonazepam 2mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	800.000				

69	Clonidina 0,150 mg	CP	120.000				
70	Clopidogrel 75 mg	CP	150.000				
71	Cloreto de potássio 6% suspensão c/ 100 ml	UNID	700				
72	Cloreto de sódio 0,9% gotas c/ 30 ml	UNID	3.000				
73	Cloreto de Sódio+Citrato de Potássio+Citrato de Sódio+Glicose (Sais para Rehidratação) envelopes individuais	SACHES	20.000				
74	Cloridrato de amilorida 5 mg + hidroclorotiazida 50 mg	CP	20.000				
75	Cloridrato de clorpromazina 100mg	CP	35.000				
76	Cloridrato de clorpromazina 25 mg	CP	90.000				
77	Cloridrato de clorpromazina 4% 40 mg/gotas c/ 20ml	UNID	400				
78	Cloridrato de fluoxetina 20mg	CP	500.000				
79	Cloridrato de Hidralazina 25 mg	CP	90.000				
80	Cloridrato de Hidralazina 50 mg	CP	100.000				
81	Cloridrato de imipramina 25 mg	CP	50.000				
82	Cloridrato de nafazolina c/ 30ml	UNID	1.200				
83	Cloridrato de nortriptilina 25 mg	CP	90.000				
84	Cloridrato de nortriptilina 50mg	CP	7.000				

85	Cloridrato de prometazina 25mg	CP	40.000				
86	Cloridrato de sertralina 50 mg	CP	900.000				
87	Cloridrato de tiamina 300mg	CP	120.000				
88	Cloridrato de tioridazina 100mg	CP	4.500				
89	Cloridrato de tioridazina 50mg	CP	3.000				
90	Cloridrato de venlafaxina 75mg **(liberação prolongada)**	CP	600.000				
91	Clortalidona 50 mg	CP	65.000				
92	Colagenase com cloranfenicol pomada c/ 30 g	UNID	3.600				
93	Colagenase com cloranfenicol pomada ginecológica c/ 30 g	UNID	300				
94	Cumarina 15mg +troxerrutina 90 mg	CP	900.000				
95	Deltametrina shampoo 100 ml	UNID	450				
96	Dexametasona 0,1 % sol oftálmica c/ 5 ml	UNID	400				
97	Dexametasona 0,1% + sulfato de neomicina 0,35% + sulfato de polimixina B 6000 UI colírio c/ 5 ml	UNID	700				
98	Dexametasona 0,32mg + Nistatina 100.000UI + neomicina 10mg + tirotricina 2mg + propionato de sódio 50mg + ácido bórico 150mg bisnaga c/ 60g + aplicadores	UNID	150				
99	Dexametasona 4 mg	CP	15.000				

100	Dexametasona creme 1% de uso tópico bisnaga c/ 10 g	UNID	9.000				
101	Dexpantenol pomada 30g	UNID	200				
102	Dexclorfeniramina 0,04% frasco c/ 120ml	FRS	1.500				
103	Dexclorfeniramina 2 mg	CP	20.000				
104	Dexclorfeniramina 6 mg	CP	10.000				
105	Dexclorfeniramina 0,4mg/ml + betametasona 0,05mg/ml xarope c/ 120ml	FRS	12.000				
106	Dextrano 70 + hipromelose colírio c/ 15 ml	UNID	5.000				
107	Diazepam 10mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	180.000				
108	Diazepam 5 mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	15.000				
109	Diclofenaco de sódio 50 mg	CP	35.000				
110	Diclofenaco gotas 15 mg/ml c/ 20 ml	UNID	800				
111	Digoxina 0,25 mg	CP	20.000				
112	Dimenidrinato 25 mg/ml +piridoxina 5 mg/ml c/ 20 ml gotas	UNID	1.000				
113	Dimenidrinato 50 mg+ piridoxina 10 mg	CP	100.000				

114	Dimeticona 75mg/ml gotas c/ 10 ml	UNID	3.500				
115	Dipirona sódica 500 mg	CP	1.200.000				
116	Dipirona sódica 500 mg/ml c/ 10 ml gotas	UNID	20.000				
117	Divalproato de sódio 250 mg	CP	60.000				
118	Domperidona 1 mg/ml c/ 100 ml suspensão	UNID	600				
119	Domperidona 10 mg	CP	350.000				
120	Doxazosina 2mg	CP	450.000				
121	Doxiciclina 100mg	CP	10.000				
122	Espirolactona 100mg	CP	100.000				
123	Estriol 1mg creme vaginal 50gr+aplicador	UNID	400				
124	Estrógenos conjugados 0,625 mg	CP	15.000				
125	Fenitoina 100mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	150.000				
126	Fenobarbital 100mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	120.000				
127	Fenobarbital 4% gotas c/ 20ml	UNID	500				
128	Fibrinolisina. 1 U (Loomis); Desoxirribonuclease. 666 U; Cloranfenicol. 10 mg C/ 30g	UNID	800				

129	Ferrocarbonila (como ferro) 120 mg+ nitrato de tiamina 4 mg + riboflavina 1 mg + cloridrato de piridoxina 1 mg+ cianocobalamina 25 mcg+ nicotinamida 10 mg + ácido fólico 2 mg + pantotenato de cálcio 2 mg	CP	60.000				
130	Finasterida 5mg	CP	150.000				
131	Fluconazol 150 mg	CP	12.000				
132	Fluocinolona + sulfato de polimixa B + Sulfato de neomicina + cloridrato de lidocaína solução otológica c/ 10 ml	UNID	1.200				
133	Fluoresceína 1% colírio frasco c/ 5 ml	UNID	100				
134	Fluoxetina 20 mg/ml gotas frasco c/ 20 ml	UNID	400				
135	Glicazida 30 mg	CP	240.000				
136	Glicazida 60 mg	CP	500.000				
137	Glimepirida 4mg	CP	60.000				
138	Haloperidol 1 mg	CP	12.000				
139	Haloperidol 2 mg solução frasco c/ 20 ml	UNID	700				
140	Haloperidol 5 mg	CP	36.000				
141	Hidrocortisona + polimixina B + Sulfato de neomicina solução otológica frasco c/ 10 ml	UNID	1.000				
142	Hidróxido de alumínio frasco c/ 240 ml	UNID	2.000				

143	Ibuprofeno 100 mg/ml c/ 20 ml gotas	UNID	7.000				
144	Ibuprofeno 300 mg	CP	80.000				
145	Ibuprofeno 50 mg/ml c/ 30ml gotas	UNID	1.200				
146	Ibuprofeno 600mg	CP	60.000				
147	Indapamida 1,5 mg	CP	80.000				
148	Isossorbida 5 mg sublingual	CP	900				
149	Itraconazol 100mg	CP	8.000				
150	Ivermectina 6 mg	CP	6.000				
151	Lactulose 667 mg/ml xarope frasco c/ 120 ml	UNID	9.000				
152	Levodopa + benserazida 100/25 mg dispersível	CP	50.000				
153	Levodopa + benserazida 100/25 mg HBS	CP	20.000				
154	Levodopa + benserazida 200/50 mg	CP	30.000				
155	Levofloxacino 500mg	CP	30.000				
156	Levomepromazina 100mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	20.000				
157	Levomepromazina 25mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	24.000				

158	Levomepromazina 4% gotas frasco c/ 20 ml	UNID	200				
159	Levonorgestrel 0,75 mg	CP	300				
160	Levotiroxina 100 mg **(comprimido sulcado)**	CP	120.000				
161	Levotiroxina 125 mg **(comprimido sulcado)**	CP	60.000				
162	Levotiroxina 25 mg **(comprimido sulcado)**	CP	150.000				
163	Levotiroxina 50 mg **(comprimido sulcado)**	CP	250.000				
164	Lidocaína 10% spray pump 50 ml	UNID	50				
165	Lidocaína gel 2% bisnagam c/ 30 g	UNID	4.000				
166	Loratadina 1 mg/ml c/ 100 ml	UNID	3.000				
167	Loratadina 10 mg	CP	200.000				
168	Lorazepam 2mg	CP	120.000				
169	Mesilato de Di-Hidroergotamina 1 mg + Dipirona Sódica 350 mg + Cafeína 100 mg	CP	50.000				
170	Metildopa 250 mg	CP	80.000				
171	Metilfenidato 10 mg	CP	100.000				
172	Metoclopramida 10 mg	CP	15.000				
173	Metoclopramida 4mg/ml gotas frasco c/ 10 ml	UNID	600				
174	Metotrexato 2,5 mg	CP	15.000				

175	Metronidazol 100 mg/g c/ 50g e aplicadores geleia vaginal	UNID	1.000				
176	Metronidazol 250 mg	CP	18.000				
177	Metronidazol 40 mg/ml suspensão oral c/ 100 ml	UNID	1.000				
178	Miconazol 20 mg/g c/ 80 g e aplicadores creme ginecológico	UNID	600				
179	Minociclina 100 mg	CP	2.160				
180	Mononitrato de isossorbida 20 mg	CP	100.000				
181	Montelucaste sódico 5 mg	CP	50.000				
182	Neomicina+bacitracina 5 mg/g+250 UI/g c/ 15 g pomada	UNID	8.000				
183	Nifedipino 10mg	CP	18.000				
184	Nifedipino 20mg	CP	60.000				
185	Nimesulida 100 mg	CP	100.000				
186	Nimesulida 50 mg/ml gotas c/ 15 ml	UNID	2.000				
187	Nistatina 100 000 UI/ ml suspensão oral c/ 50 ml	UNID	1500				
188	Nistatina 25000 UI/g creme vaginal c/ 60 g	UNID	800				
189	Nitrazepam 5mg	CP	8.000				
190	Nitrofural 2 mg/g c/ 20g pomada	UNID	600				
191	Nitrofurantoina 100 mg	CP	90.000				

192	Norfloxacino 400 mg	CP	12.000				
193	Óleo mineral solução c/ 100 ml	UNID	1.500				
194	Omeprazol 20mg	CP	1.000.000				
195	Ondansetrona 8 mg	CP	80.000				
196	Oxcarbazepina 300 mg	CP	7.000				
197	Oxcarbazepina 600 mg	CP	3.000				
198	Palmitato de retinol (vitamina A), cloridrato de tiamina (vitamina B1), 5-fosfato sódico de riboflavina (vitamina B2), nicotinamida (vitamina PP), cloridrato de piridoxina (vitamina B6), dexpantenol (vitamina B5), biotina (vitamina H), ácido ascórbico (vitamina C), colecalciferol (vitamina D), acetato de tocoferol (vitamina E) – gotas - frasco 20ml	UNID	900				
199	Paracetamol 200 mg/ml c/ 15 ml gotas	UNID	3.000				
200	Paracetamol 500 mg	CP	180.000				
201	Paracetamol 500 mg +codeína 30 mg	CP	250.000				
202	Pentoxifilina 400mg	CP	20.000				
203	Periciazina gotas 1% frasco c/20 ml	UNID	300				
204	Periciazina gotas 4% frasco c/ 20 ml	UNID	400				
205	Pilocarpina 2% c/ 10 ml	UNID	50				

206	Piracetam 800 mg	CP	100.000				
207	Pirimetamina 25 mg	CP	1.500				
208	Policresuleno gel 18ml/g c/50g	UNID	300				
209	Policresuleno solução c/ 12 ml	UNID	1.500				
210	Policresuleno+ cloridrato de cinchocaína pomada c/ 30 gramas + aplicador	UNID	1.000				
211	Polissulfato de mucopolissacarideo gel 5mg/g c/ 40 g	UNID	100				
212	Pomada para assadura c/ 45 g	UNID	3.000				
213	Prednisolona 3 mg/ml c/ 120 ml suspensão	UNID	6.000				
214	Prednisona 20 mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	150.000				
215	Prednisona 5mg com **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	50.000				
216	Pregabalina 75mg	CP	750.000				
217	Progesterona natural micronizada 200mg	CP	2.000				
218	Propatilnitrato 10 mg	CP	100.000				
219	Proximetacaina 5 mg/ml colírio c/ 5 ml	UNID	100				
220	Ramipril 5 mg	CP	90.000				

221	Ramipril 2,5 mg	CP	15.000				
222	Rifamicina sódica 10 mg/ml c/20 ml spray	UNID	500				
223	Risperidona 1mg	CP	150.000				
224	Risperidona 2mg	CP	180.000				
225	Rivaroxabana 10 mg	CP	20.000				
226	Rivaroxabana 15 mg	CP	20.000				
227	Rivaroxabana 2,5 mg	CP	5.000				
228	Rivaroxabana 20 mg	CP	100.000				
229	Salbutamol xarope com 100ml	UNID	1.200				
230	Succinato de metoprolol 50 mg	CP	200.000				
231	Succinato de metoprolol 100 mg	CP	100.000				
232	Sulfacetamida sódica 74 mg/g + Trolamina 20 mg/g bisnaga c/ 50 g	UNID	200				
233	Sulfadiazina de prata 10mg/g (1%) creme c/ 50 g	UNID	1.000				
234	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg/ml+8 mg/ml c/ 100 ml suspensão	UNID	3.000				
235	Sulfametoxazol+Trimetropina 400+80 Mg	CP	40.000				
236	Sulfato ferroso 25 mg/ml c/ 30 ml gotas	UNID	900				
237	Sulfato ferroso 40mg	CP	100.000				

238	Sulpirida 50 mg	CP	30.000				
239	Tartarato de metoprolol 100mg	CP	18.000				
240	Tiabendazol 50 mg/g pomada 45 g	UNID	300				
241	Tiamazol 10mg	CP	24.000				
242	Tibolona 2,5 mg	CP	15.000				
243	Ticlopidina 250mg	CP	6.000				
244	Tinidazol + Nitrato de miconazol c/ 80 g	UNID	300				
245	Tobramicina 3mg/g c/ 5 ml colírio	UNID	1.000				
246	Tobramicina + dexametasona 0,3% + 0,1%colírio 5ml	UNID	900				
247	Topiramato 25 mg	CP	500.000				
248	Tramadol 100 mg	CP	80.000				
249	Tramadol 50 mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	80.000				
250	Vitaminas e sais minerais, vit D, cobre, ferro, sódio, fluoreto de iodeto de potássio, sulfato de magnésio, A, B1, B2, C, nicotinamida, Vitamina B6, B12, vit E, ácido fólico, pantotenato de cálcio, fosfato de cálcio, sulfato de manganês, sulf. de potássio, sulfato de zinco e cloridrato de lisina.	CP	200.000				

ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE							
251	Tropicamida 1% colírio 5ml	UNID	50				
252	Varfarina sódica 5mg	CP	50.000				
253	Verapamil 80 mg	CP	10.000				
254	Zuclopentixol 25 mg	CP	1.620				
Valor Total da Proposta							

(*) Os licitantes ficam cientes de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito neste anexo. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente neste anexo e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov deve prevalecer o estabelecido no Edital e nos Anexos I e II.

I – O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data da sessão pública do pregão.

II – Declaramos que o **VALOR DE CADA ÍTEM E O TOTAL DA PROPOSTA** é **irreajustável,** e nele estão incluídos:

a) os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais;
b) as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e,
c) todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

III – Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

IV – Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do **Edital do Pregão nº 90037/2.025** e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.

PREFEITURA DE
MONTE ALTO

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:		
ENDEREÇO:		
CEP:	**FONE:**	**FAX:**
E-MAIL:	**CNPJ:**	

_____, _____ de _____ de 2.025.
(CIDADE)

_____
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

NOME COMPLETO:	**CARGO:**

PESSOA CREDENCIADA OU AUTORIZADA PARA ASSINAR O FUTURO CONTRATO

NOME COMPLETO:	**CARGO:**
	CPF:
	RG:

Nota: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.

MODELO - A PROPOSTA DEVE SER EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2.025 - PROCESSO SA/DL Nº 72/2.025 – FLS 40

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO SA/DL Nº 72/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2025

UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA DA SAÚDE – FARMÁCIA MUNICIPAL

1. OBJETO

Registro de preços para 1 ano de medicamentos que podem ser éticos, genéricos ou similares, para a Farmácia Municipal, Farmácia das Unidades Accácio de Oliveira Nunes, João Thiago de Camargo, Dr. Roberto da Rocha Leão, e Farmácia do Pronto Socorro Municipal.

1.1 Especificação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
1	Acebrofilina 10 mg/ml xarope adulto frasco c/ 120ml	UNID	3.000
2	Acebrofilina 5mg/ml xarope pediátrico frasco c/ 120 ml	UNID	3.000
3	Acetato de retinol (10.000 UI/g), aminoácidos (25 mg/g), metionina (5 mg/g) e cloranfenicol (5 mg/g) bisnaga c/ 3,5 g	UNID	300
4	Aciclovir creme bisnaga c/ 10 g	UNID	2.500
5	Aciclovir 200 mg	CP	50.000
6	Ácido acetilsalicílico 100 mg	CP	500.000
7	Ácido fólico 5 mg	CP	80.000
8	Ácido Tranexâmico 250 mg	CP	5.000
9	Ácido Valproico 250 Mg	CP	100.000
10	Ácido Valproico 250mg/5ml frasco c/ 100ml	UNID	1.500
11	Ácido Valproico 500 mg	CP	100.000
12	Água, alginato de cálcio, carboximetilcelulose, propilenoglicol e imidazolidinilureia-85gr	UNID	1.500
13	Albendazol 40 mg/ml suspensão frasco c/ 10 ml	UNID	5.000

14	Albendazol 400 mg	CP	7.000
15	Alopurinol 300 mg	CP	90.000
16	Alprazolan 1 mg	CP	350.000
17	Ambroxol 15 mg/5ml xarope pediátrico frasco c/ 100 ml	UNID	2.000
18	Ambroxol 30 mg/5 ml xarope adulto frasco c/ 100ml	UNID	3.000
19	Aminofilina 100mg	CP	18.000
20	Amiodarona 200 mg	CP	80.000
21	Amitriptilina 25 mg	CP	500.000
22	Amitriptilina 75 mg	CP	36.000
23	Amoxicilina 250 mg/5ml suspensão frasco c/ 60 ml	UNID	4.000
24	Amoxicilina 400 mg/5ml +clavulanato potássio 57 mg/5ml suspensão c/ 70 ml	UNID	8.000
25	Amoxicilina 500mg	CP	90.000
26	Amoxicilina 875 mg + clavulanato de potássio 125mg	CP	120.000
27	Anlodipino 10 mg	CP	90.000
28	Azitromicina 200 mg/5ml suspensão frasco c/ 15ml	UNID	4.000
29	Azitromicina 500 mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	50.000
30	Biperideno 2 mg	CP	70.000
31	Bisacodil 5mg	CP	4.000
32	Bisoprolol 5mg cpr sulcado	CP	100.000
33	Borato de 8 – hidroxiquinolina 0,04% + trolamina 14% - solução otológica frasco c/ 8 ml	UNID	1.000
34	Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml solução de 20ml	UNID	400
35	Brometo de Otilônio 40 mg	CP	20.000
36	Bromoprida 10 mg	CP	80.000
37	Bromoprida 4 mg/ml gotas c/ 20 ml	UNID	3.000
38	Bupropiona 150mg	CP	200.000

39	Butilbrometo de escopolamina 6,67 mg/ml+dipirona 333,40 mg/ml c/ 20 ml gotas	UNID	1.000
40	Butilbrometo de escopolamina+dipirona 10/250mg	CP	100.000
41	Carbamazepina 20 mg/ ml xarope c/ 100 ml	FRS	2.000
42	Carbamazepina 200 mg	CP	350.000
43	Carbonato de lítio 300 Mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	100.000
44	Carbonato de cálcio 500mg	CP	20.000
45	Carvedilol 12,5 mg	CP	120.000
46	Carvedilol 25 mg	CP	100.000
47	Carvedilol 3,125 mg	CP	25.000
48	Carvedilol 6,25 mg	CP	80.000
49	Cefalexina 250 mg/5ml suspensão c/ 100 ml	UNID	2.500
50	Cefalexina 500 Mg	CP	120.000
51	Cetoconazol 200 mg	CP	5.000
52	Cetoconazol 20 mg/g c/30g creme	UNID	3.000
53	Cetoconazol 20mg/g+dipropionato de betametasona 0,5mg/g + sulfato de neomicina 2,5mg/g – creme c/30 gramas	UNID	1.500
54	Cetoprofeno 20 mg/ml gotas c/ 20ml	UNID	1.800
55	Cetoprofeno 100mg	CP	150.000
56	Ciclopentolato 1% colírio c/ 5 ml	UNID	20
57	Cilostazol 100 mg	CP	60.000
58	Cilostazol 50 mg	CP	84.000
59	Cinarizina 25 mg	CP	30.000
60	Cinarizina 75 mg	CP	40.000
61	Ciprofloxacino 500mg	CP	70.000
62	Citrato de tamoxifeno 10mg	CP	5.000
63	Citrato de tamoxifeno 20 mg	CP	7.000
64	Clindamicina 300mg	CP	20.000
65	Clomipramina 10 mg	CP	7.000
66	Clomipramina 25 mg	CP	80.000

67	Clonazepam 2,5 mg/ml gotas c/ 20 ml	FRS	3.000
68	Clonazepam 2mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	800.000
69	Clonidina 0,150 mg	CP	120.000
70	Clopidogrel 75 mg	CP	150.000
71	Cloreto de potássio 6% suspensão c/ 100 ml	UNID	700
72	Cloreto de sódio 0,9% gotas c/ 30 ml	UNID	3.000
73	Cloreto de Sódio+Citrato de Potássio+Citrato de Sódio+Glicose (Sais para Rehidratação) envelopes individuais	SACHES	20.000
74	Cloridrato de amilorida 5 mg + hidroclorotiazida 50mg	CP	20.000
75	Cloridrato de clorpromazina 100mg	CP	35.000
76	Cloridrato de clorpromazina 25 mg	CP	90.000
77	Cloridrato de clorpromazina 4% 40 mg/gotas c/ 20ml	UNID	400
78	Cloridrato de fluoxetina 20mg	CP	500.000
79	Cloridrato de Hidralazina 25 mg	CP	90.000
80	Cloridrato de Hidralazina 50 mg	CP	100.000
81	Cloridrato de imipramina 25 mg	CP	50.000
82	Cloridrato de nafazolina c/ 30ml	UNID	1.200
83	Cloridrato de nortriptilina 25 mg	CP	90.000
84	Cloridrato de nortriptilina 50mg	CP	7.000
85	Cloridrato de prometazina 25mg	CP	40.000
86	Cloridrato de sertralina 50 mg	CP	900.000
87	Cloridrato de tiamina 300mg	CP	120.000
88	Cloridrato de tioridazina 100mg	CP	4.500
89	Cloridrato de tioridazina 50mg	CP	3.000
90	Cloridrato de venlafaxina 75mg **(liberação prolongada)**	CP	600.000
91	Clortalidona 50 mg	CP	65.000
92	Colagenase com cloranfenicol pomada c/ 30 g	UNID	3.600

93	Colagenase com cloranfenicol pomada ginecológica c/ 30 g	UNID	300
94	Cumarina 15mg + troxerrutina 90 mg	CP	900.000
95	Deltametrina shampoo 100 ml	UNID	450
96	Dexametasona 0,1 % sol oftálmica c/ 5 ml	UNID	400
97	Dexametasona 0,1% + sulfato de neomicina 0,35% + sulfato de polimixina B 6000 UI colírio c/ 5 ml	UNID	700
98	Dexametasona 0,32mg + Nistatina 100.000UI + neomicina 10mg + tirotricina 2mg + propionato de sódio 50mg + ácido bórico 150mg bisnaga c/ 60g + aplicadores	UNID	150
99	Dexametasona 4 mg	CP	15.000
100	Dexametasona creme 1% de uso tópico bisnaga c/ 10 g	UNID	9.000
101	Dexapantenol pomada 30g	UNID	200
102	Dexclorfeniramina 0,04% frasco c/ 120ml	FRS	1.500
103	Dexclorfeniramina 2 mg	CP	20.000
104	Dexclorfeniramina 6 mg	CP	10.000
105	Dexclorfeniramina 0,4mg/ml + betametasona 0,05mg/ml xarope c/ 120ml	FRS	12.000
106	Dextrano 70 + hipromelose colírio c/ 15 ml	UNID	5.000
107	Diazepam 10mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	180.000
108	Diazepam 5 mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	15.000
109	Diclofenaco de sódio 50 mg	CP	35.000
110	Diclofenaco gotas 15 mg/ml c/ 20 ml	UNID	800
111	Digoxina 0,25 mg	CP	20.000
112	Dimenidrinato 25 mg/ml +piridoxina 5 mg/ml c/ 20ml gotas	UNID	1.000
113	Dimenidrinato 50 mg+ piridoxina 10 mg	CP	100.000
114	Dimeticona 75mg/ml gotas c/ 10 ml	UNID	3.500

115	Dipirona sódica 500 mg	CP	1.200.000
116	Dipirona sódica 500 mg/ml c/ 10 ml gotas	UNID	20.000
117	Divalproato de sódio 250 mg	CP	60.000
118	Domperidona 1 mg/ml c/ 100 ml suspensão	UNID	600
119	Domperidona 10 mg	CP	350.000
120	Doxazosina 2mg	CP	450.000
121	Doxiciclina 100mg	CP	10.000
122	Espirolactona 100mg	CP	100.000
123	Estriol 1mg creme vaginal 50gr + aplicador	UNID	400
124	Estrógenos conjugados 0,625 mg	CP	15.000
125	Fenitoina 100mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	150.000
126	Fenobarbital 100 Mg **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	120.000
127	Fenobarbital 4% gotas c/ 20ml	UNID	500
128	Fibrinolisina. 1 U (Loomis); Desoxirribonuclease. 666 U; Cloranfenicol. 10 mg C/ 30g	UNID	800
129	Ferrocarbonila (como ferro) 120 mg+ nitrato de tiamina 4 mg + riboflavina 1 mg + cloridrato de piridoxina 1 mg+ cianocobalamina 25 mcg+ nicotinamida 10 mg + ácido fólico 2 mg + pantotenato de cálcio 2 mg	CP	60.000
130	Finasterida 5mg	CP	150.000
131	Fluconazol 150 mg	CP	12.000
132	Fluocinolona + sulfato de polimixa B + Sulfato de neomicina + cloridrato de lidocaína solução otológica c/ 10 ml	UNID	1.200
133	Fluoresceína 1% colírio frasco c/ 5 ml	UNID	100
134	Fluoxetina 20 mg/ml gotas frasco c/ 20 ml	UNID	400
135	Glicazida 30 mg	CP	240.000
136	Glicazida 60 mg	CP	500.000
137	Glimepirida 4mg	CP	60.000

138	Haloperidol 1 mg	CP	12.000
139	Haloperidol 2 mg solução frasco c/ 20 ml	UNID	700
140	Haloperidol 5 mg	CP	36.000
141	Hidrocortisona + polimixina B + Sulfato de neomicina solução otológica frasco c/ 10 ml	UNID	1000
142	Hidróxido de alumínio frasco c/ 240 ml	UNID	2.000
143	Ibuprofeno 100 mg/ml c/ 20 ml gotas	UNID	7.000
144	Ibuprofeno 300 mg	CP	80.000
145	Ibuprofeno 50 mg/ml c/ 30ml gotas	UNID	1.200
146	Ibuprofeno 600mg	CP	60.000
147	Indapamida 1,5 mg	CP	80.000
148	Isossorbida 5 mg sublingual	CP	900
149	Itraconazol 100mg	CP	8.000
150	Ivermectina 6 mg	CP	6.000
151	Lactulose 667 mg/ml xarope frasco c/ 120 ml	UNID	9.000
152	Levodopa + benserazida 100/25 mg dispersível	CP	50.000
153	Levodopa + benserazida 100/25 mg HBS	CP	20.000
154	Levodopa + benserazida 200/50 mg	CP	30.000
155	Levofloxacino 500mg	CP	30.000
156	Levomepromazina 100mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	20.000
157	Levomepromazina 25mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	24.000
158	Levomepromazina 4% gotas frasco c/ 20 ml	UNID	200
159	Levonorgestrel 0,75 mg	CP	300
160	Levotiroxina 100 mg **(comprimido sulcado)**	CP	120.000
161	Levotiroxina 125 mg **(comprimido sulcado)**	CP	60.000
162	Levotiroxina 25 mg **(comprimido sulcado)**	CP	150.000
163	Levotiroxina 50 mg **(comprimido sulcado)**	CP	250.000

164	Lidocaína 10% spray pump 50 ml	UNID	50
165	Lidocaína gel 2% bisnagam c/ 30 g	UNID	4.000
166	Loratadina 1 mg/ml c/ 100 ml	UNID	3.000
167	Loratadina 10 mg	CP	200.000
168	Lorazepam 2mg	CP	120.000
169	Mesilato de Di-Hidroergotamina 1 mg + Dipirona Sódica 350 mg + Cafeína 100 mg	CP	50.000
170	Metildopa 250 mg	CP	80.000
171	Metilfenidato 10 mg	CP	100.000
172	Metoclopramida 10 mg	CP	15.000
173	Metoclopramida 4mg/ml gotas frasco c/ 10 ml	UNID	600
174	Metotrexato 2,5 mg	CP	15.000
175	Metronidazol 100 mg/g c/ 50 g e aplicadores geleia vaginal	UNID	1.000
176	Metronidazol 250 mg	CP	18.000
177	Metronidazol 40 mg/ml suspensão oral c/ 100 ml	UNID	1.000
178	Miconazol 20 mg/g c/ 80 g e aplicadores creme ginecológico	UNID	600
179	Minociclina 100 mg	CP	2.160
180	Mononitrato de isossorbida 20 mg	CP	100.000
181	Montelucaste sódico 5 mg	CP	50.000
182	Neomicina+bacitracina 5 mg/g+250 UI/g c/ 15 g pomada	UNID	8.000
183	Nifedipino 10mg	CP	18.000
184	Nifedipino 20mg	CP	60.000
185	Nimesulida 100 mg	CP	100.000
186	Nimesulida 50 mg/ml gotas c/ 15 ml	UNID	2.000
187	Nistatina 100 000 UI/ ml suspensão oral c/ 50 ml	UNID	1.500
188	Nistatina 25000 UI/g creme vaginal c/ 60 g	UNID	800
189	Nitrazepam 5mg	CP	8.000
190	Nitrofural 2 mg/g c/ 20g pomada	UNID	600
191	Nitrofurantoina 100 mg	CP	90.000
192	Norfloxacino 400 mg	CP	12.000

193	Óleo mineral solução c/ 100 ml	UNID	1.500
194	Omeprazol 20mg	CP	1.000.000
195	Ondansetrona 8 mg	CP	80.000
196	Oxcarbazepina 300 mg	CP	7.000
197	Oxcarbazepina 600 mg	CP	3.000
198	Palmitato de retinol (vitamina A), cloridrato de tiamina (vitamina B1), 5-fosfato sódico de riboflavina (vitamina B2), nicotinamida (vitamina PP), cloridrato de piridoxina (vitamina B6), dexpantenol (vitamina B5), biotina (vitamina H), ácido ascórbico (vitamina C), colecalciferol (vitamina D), acetato de tocoferol (vitamina E) - gotas-frasco 20ml	UNID	900
199	Paracetamol 200 mg/ml c/ 15 ml gotas	UNID	3.000
200	Paracetamol 500 mg	CP	180.000
201	Paracetamol 500 mg +codeína 30 mg	CP	250.000
202	Pentoxifilina 400mg	CP	20.000
203	Periciazina gotas 1% frasco c/20 ml	UNID	300
204	Periciazina gotas 4% frasco c/ 20 ml	UNID	400
205	Pilocarpina 2% c/ 10 ml	UNID	50
206	Piracetam 800 mg	CP	100.000
207	Pirimetamina 25 mg	CP	1.500
208	Policresuleno gel 18ml/g c/50g	UNID	300
209	Policresuleno solução c/ 12 ml	UNID	1.500
210	Policresuleno+ cloridrato de cinchocaína pomada c/ 30 gramas + aplicador	UNID	1.000
211	Polissulfato de mucopolissacarideo gel 5mg/g c/ 40g	UNID	100
212	Pomada para assadura c/ 45 g	UNID	3.000
213	Prednisolona 3 mg/ml c/ 120 ml suspensão	UNID	6.000
214	Prednisona 20 mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	150.000

215	Prednisona 5 mg com **EMBALAGEM FRACIONADA**, com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	50.000
216	Pregabalina 75mg	CP	750.000
217	Progesterona natural micronizada 200mg	CP	2.000
218	Propatilnitrato 10 mg	CP	100.000
219	Proximetacaina 5 mg/ml colírio c/ 5 ml	UNID	100
220	Ramipril 5 mg	CP	90.000
221	Ramipril 2,5 mg	CP	15.000
222	Rifamicina sódica 10 mg/ml c/20 ml spray	UNID	500
223	Risperidona 1mg	CP	150.000
224	Risperidona 2mg	CP	180.000
225	Rivaroxabana 10 mg	CP	20.000
226	Rivaroxabana 15 mg	CP	20.000
227	Rivaroxabana 2,5 mg	CP	5.000
228	Rivaroxabana 20 mg	CP	100.000
229	Salbutamol xarope com 100ml	UNID	1.200
230	Succinato de metoprolol 50 mg	CP	200.000
231	Succinato de metoprolol 100 mg	CP	100.000
232	Sulfacetamida sódica 74 mg/g + Trolamina 20 mg/g bisnaga c/ 50 g	UNID	200
233	Sulfadiazina de prata 10mg/g (1%) creme c/ 50 g	UNID	1.000
234	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg/ml+8 mg/ml c/ 100 ml suspensão	UNID	3.000
235	Sulfametoxazol+Trimetropina 400+80 Mg	CP	40.000
236	Sulfato ferroso 25 mg/ml c/ 30 ml gotas	UNID	900
237	Sulfato ferroso 40mg	CP	100.000
238	Sulpirida 50 mg	CP	30.000
239	Tartarato de metoprolol 100mg	CP	18.000
240	Tiabendazol 50 mg/g pomada 45 g	UNID	300
241	Tiamazol 10mg	CP	24.000
242	Tibolona 2,5 mg	CP	15.000
243	Ticlopidina 250mg	CP	6.000

244	Tinidazol + Nitrato de miconazol c/ 80 g	UNID	300
245	Tobramicina 3mg/g c/ 5 ml colírio	UNID	1000
246	Tobramicina + dexametasona 0,3% + 0,1%colírio 5ml	UNID	900
247	Topiramato 25 mg	CP	500.000
248	Tramadol 100 mg	CP	80.000
249	Tramadol 50 mg **EMBALAGEM FRACIONADA,** com identificação individualizada, contendo nome do fármaco, lote e validade (Anvisa RDC 80)	CP	80.000
250	Vitaminas e sais minerais, vit D, cobre, ferro, sódio, fluoreto de iodeto de potássio, sulfato de magnésio, A, B1, B2, C, nicotinamida, Vitamina B6, B12, vit E, ácido fólico, pantotenato de cálcio, fosfato de cálcio, sulfato de manganês, sulf. de potássio, sulfato de zinco e cloridrato de lisina.	CP	200.000
251	Tropicamida 1% colírio 5ml	UNID	50
252	Varfarina sódica 5mg	CP	50.000
253	Verapamil 80 mg	CP	10.000
254	Zuclopentixol 25 mg	CP	1620

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Registro de preços para 1 ano de medicamentos para atender para a Farmácia Municipal, Farmácia das Unidades Accácio de Oliveira Nunes, João Thiago de Camargo, Dr. Roberto da Rocha Leão, e Farmácia do Pronto Socorro Municipal.

3. ESTIMATIVA DE PREÇOS

O custo estimado do registro de preços é sigiloso.

4. OBRIGAÇÕES DA MUNICIPALIDADE

4.1. São obrigações da municipalidade:

4.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na solicitação da compra;

4.1.2. Comunicar a empresa a ser contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.3. Efetuar o pagamento a empresa a ser contratada, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e seus anexos.

5. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA A SER CONTRATADA

5.1. A empresa a ser contratada deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta aceita e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
5.1.2. Na hipótese de confirmação de defeitos ou divergências quanto às características dos produtos contratados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a sua substituição, vedada a aplicação de qualquer penalidade durante esse período;
5.1.3. Comunicar à Administração municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
5.1.4. Os medicamentos deverão ser entregues com a validade de no mínimo 12 meses a partir da data de fabricação.

6. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO
6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
6.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato;
6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a unidade requisitante atestar a execução do objeto do contrato;
6.3. Constatando-se alguma irregularidade da empresa a ser contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração municipal.

7. PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO DO SERVIÇO
7.1. Local: Rua Jeremias de Paula Eduardo, 2320 - Centro - Monte Alto – SP – 15910-000.
7.2. Prazo de entrega de 10 (dez) dias corridos a contar da Ordem de Fornecimento (Pedido de Compra), emitida pela Administração municipal.
7.3. Horário das 07:00 às 15:00 horas, de segunda a sexta-feira.

8.RECURSOS ORÇAMENTARIOS
As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas por recurso de dotação própria na vigente lei orçamentária.

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2.025

PROCESSO SA/DL Nº ___/2.025

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado **A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.816.247/0001-11, doravante denominada **PREFEITURA**, representada pelo senhor _____, RG: n° , Secretário _____, de acordo com a atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 13, do Decreto nº 2.127, de 11 de outubro de 2.005 e ulteriores alterações, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, sediada na rua/avenida _____, nº ___, da cidade de _____, Estado de _____, adjudicatária do Pregão para Registro de Preços nº ___/2.024, representada pelo seu _____, senhor _____, portador do RG nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDORA**, resolvem REGISTRAR os preços, com integral observância da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, e Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 – DO OBJETO E PREÇOS

1.1 - Constitui objeto da presente Ata o registro de preço dos itens dela constante, nos termos do artigo 40, da Lei Federal nº 14.133/21, e do Decreto Municipal nº 4.645, de 27 de julho de 2023.

1.2 - O preço registrado tem caráter orientativo (preço máximo), cabendo aos Órgãos Participantes a obrigação de promover pesquisa de mercado antes da utilização desta Ata, pesquisa essa cujo resultado deverá constar do campo próprio da requisição.

1.3 - O preço registrado na presente Ata refere-se aos seguintes itens:

Item	Especificações	Unidade	Quantidade Máxima Anual	Indicação da quantidade da embalagem	Marca	Valor Unitário	Valor Subtotal

2 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, contados a partir da data de sua assinatura.

3 – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PRAZOS

3.1 - A **FORNECEDORA** deverá providenciar a retirada do Pedido de Compra no prazo de ___ (____) dias úteis a partir da data do recebimento da notificação do Departamento de Administração de Materiais, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

3.1.1 - O prazo fixado poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela **PREFEITURA**.

3.1.2 - O compromisso da execução só estará caracterizado mediante o recebimento de um ou do outro instrumento contratual referido no item 3.1, desta cláusula.

3.1.3 - Se a **FORNECEDORA** se negar a receber o Pedido de Compra, este será enviados pelo correio eletrônico ou via postal, considerando-se como efetivamente recebidos na data do registro da correspondência, para todos os efeitos legais.

3.2 - No ato da retirada do Pedido de Compra, a **FORNECEDORA** deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

3.2.1 - Certidão Negativa de Débito – CND, para com o Sistema de Seguridade Social;

3.2.2 - Certidão de Regularidade de Situação – CRS, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.2.3 - Certidão Negativa de débitos tributários mobiliários, expedida pelo Departamento de Tributos e Rendas do Município de Monte Alto, ainda que a empresa tenha sede em outro Município. No caso da empresa não estiver inscrita no Cadastro de Contribuintes deste Município, declaração firmada por seu representante legal, especificando que nada deve à Fazenda de Monte Alto, relativamente aos tributos ou taxas relacionadas com o objeto licitado.

3.3 - O prazo para a para a entrega dos produtos são de 10 (dez) dias corridos, contado da emissão do “Pedido de Compra”, correndo por conta da **FORNECEDORA**, todas as despesas decorrentes de frete, seguros, obrigações sociais, mão-de-obra, impostos, taxas e demais encargos não especificados, não podendo invocar dúvida ou hipótese para a modificação dos preços registrados.

3.4 - O objeto da presente Ata será entregue na Farmácia Municipal, na rua _____, nº ___, oportunidade que será promovida a ampla conferência das especificações e quantidades recebidas. Para fins de comprovação do adimplemento das obrigações da **FORNECEDORA,** lavrar-se-á termo circunstanciado e assinado pelas partes, cuja cópia será encaminhada ao Departamento de Contabilidade da **PREFEITURA**, até 2 (dois) dias antes da data aprazada para o pagamento do fornecimento do produto.

3.5 - A **FORNECEDORA** fica obrigada a atender todos os Pedidos de Compra emitidos durante a vigência da Ata, ainda que o efetivo cumprimento ocorra no prazo máximo de dez dias após o término de sua validade.

4 – DAS PENALIDADES

4.1 - Pelo descumprimento do ajuste, a FORNECEDORA sujeitar-se-á às multas moratórias previstas no Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, garantido o exercício da prévia e ampla defesa

4.1.1 - É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/21.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O prazo de pagamento será de ___ (_____) dias, a contar da data do efetivo recebimento do objeto, atestado na forma do item 3.4, da cláusula terceira desta Ata.

5.1.1 - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da **PREFEITURA**.

5.1.2 - Caso haja a necessidade de providências complementares por parte da **FORNECEDORA**, ou ocorram outras situações impeditivas à liquidação da despesa, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas.

5.2 - O pagamento do objeto desta Ata será efetuado por crédito em conta bancária indicada pela **FORNECEDORA**, ou, através de cheque nominal em seu favor, caso opte por esta forma em sua proposta.

6 – DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS

6.1 - Durante o período de vigência da Ata, os preços registrados não sofrerão reajustamentos, ressalvada a superveniência de normas federais ou estaduais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos apresentada pela **FORNECEDORA**.

6.2 - Durante a validade da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Independentemente da provocação do Órgão Gerenciador do SRP, no caso de redução dos preços de mercado, ainda que temporária, a **FONECEDORA** obriga-se a comunicar à **PREFEITURA** o novo preço que substituirá o então registrado.

6.2.1 - Caso a **FORNECEDORA** venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à **PREFEITURA**, ficará sujeita à restituição do que houver recebido indevidamente.

7 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

7.1 - As contratações decorrentes desta Ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade superior da **PREFEITURA**, à vista da prévia e obrigatória pesquisa de preços realizada pelo Órgão Participante, da qual possa verificar-se a compatibilidade do preço registrado com o do mercado.

7.2 - A formalização das contratações derivadas desta Ata dar-se-á através da emissão do Contrato Administrativo ou da Nota de Empenho pelo Departamento de Contabilidade da **PREFEITURA**, conforme o caso, precedida pela Autorização de Execução.

8 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1 - As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes a presente Ata, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Monte Alto, ___ de _____ de 2.025.

PREFEITURA PRESTADORA

TESTEMUNHAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):_____

OBJETO:_____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome:_____

Cargo:_____

CPF: _____Assinatura: _____

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº ___/2.025
Processo SA/DL nº ___/2.025

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa_____ (denominação da pessoa jurídica), participante do Pregão Eletrônico nº __/2.025, da Prefeitura Municipal de Monte Alto, DECLARO, sob as penas da lei:

a) Nos termos do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Estar ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto à Prefeitura de Monte Alto, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato (Pedidos de Compra) serão efetuadas através do Sítio Eletrônico da Prefeitura e Diário Oficial do Município de Monte Alto;

c) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra;

d) Que tomou conhecimento das reais condições e peculiaridades inerentes ao fornecimento dos produtos, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem a proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento e certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma reclamação de desconhecimento do objeto licitado;

e) Estar ciente de que, para efeito de processamento da licitação em ambiente eletrônico, foram adotados os itens Compras.Gov mais semelhantes ao descrito no Anexo I. Havendo divergência entre a descrição do objeto existente no Edital e a utilizada pelo Sistema Compras.Gov, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus anexos;

f) De que conhece a obrigação de assinar a Ata de Registro de Preços, para o caso de ser adjudicatária no pregão, no prazo definido no Edital e que tem pleno conhecimento das sanções previstas nos incisos IV e VI, do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº. 4.645, de 27 de julho de 2023, em caso de descumprimento da formalização do documento;

g) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, ... de ..... de 2.025.

_____
Nome e assinatura do representante legal
RG nº.....

ANEXO V

TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, com sede na _____, n° ____, cidade de _____ CNPJ n° _____, vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3° e seus parágrafos da Lei Complementar n° 123, de 15 de dezembro 2.006, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº __/2.02, da Prefeitura de Monte Alto,

DECLARA ser.

☐ **Microempresa** nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

☐ **Empresa de pequeno porte** nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

Declara que não celebrou no presente ano-calendário contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

_____, ____ de _____ de 2.025.
(localidade)

_____
(assinatura)

Nome: _____
RG: _____

ANEXO VI - Decreto nº. 4.645, de 27 de julho de 2023.

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que "dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Monte Alto".

MARIA HELENA AGUIAR RETTONDINI, Prefeita Municipal de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere os incisos XI, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este decreto regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Município de Monte Alto-SP.

Art. 2º. O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração pública direta ou indireta do Poder Executivo do Município de Monte Alto-SP.

Parágrafo único. O Poder Legislativo poderá aderir às normas regulamentares da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contidas neste decreto municipal.

Art.3º. Na aplicação deste Decreto serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

CAPÍTULO II
DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º. Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º. O Pregoeiro conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º. Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º. O Agente de Contratação, assim como os membros do Pregoeiro, poderão ser servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes do Município.

§ 4º. O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§ 5º. O Agente de Contratação e o Pregoeiro contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Prefeitura.

§ 6º. Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Art. 5º. Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III – previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III
DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º. O Município poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Parágrafo único. Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Município, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV
DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. Em âmbito municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 8º deste decreto.

Art. 8º. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

CAPÍTULO V
DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 9º. O Município elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Parágrafo único. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir às finalidades as quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º. Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º. Considera-se bem de consumo de luxo o que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração municipal.

CAPÍTULO VI
DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 12. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º. Resultando dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços,

podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§3º. A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§ 4º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

Art. 13. Na pesquisa de preço relativa às contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e Gestão.

Art. 14. Na elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia a serem realizadas em âmbito municipal, quando se tratar de recursos próprios, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020.

CAPÍTULO VII
DO LEILÃO

Art. 15. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no § 5º do art. 4º deste regulamento, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame.

III – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º. O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.

§ 2º. A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO VIII
DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO

Art. 16. Desde que objetivamente mensuráveis, os fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

§ 1º. A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º. Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculos usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

CAPÍTULO IX
DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 17. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO X
DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 18. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada às reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

CAPÍTULO XI
DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

Art. 19. Na negociação de preços mais vantajosos para a administração, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro poderá oferecer contraproposta.

CAPÍTULO XII
DA HABILITAÇÃO

Art. 20. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 21. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou o Pregoeiro realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 22. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

CAPÍTULO XIII
DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 23. Em âmbito municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Art. 24. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

§ 1º. Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º. O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na

elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 25. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º. O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§ 2º. Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 26. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 27. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 28. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 29. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XIV
DO CREDENCIAMENTO

Art. 30. O credenciamento poderá ser utilizado quando a administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º. A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º. Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º. O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º. O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO XV
DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 31. Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do disposto no caput deste artigo,

exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.

CAPÍTULO XVI
DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 32. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

CAPÍTULO XVII
DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 33. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§ 2º. É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 3º. No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XVIII
DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 34. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

Parágrafo único. O edital ou o instrumento de contratação direta, ou alternativamente o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

CAPÍTULO XIX
DAS SANÇÕES

Art. 35. Observados o contraditório e a ampla defesa, a inexecução total ou parcial do contrato celebrado ou compromisso assumido, autoriza a aplicação de multa:

I - de 20 a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total ou parte da obrigação não cumprida;

II - no valor igual à diferença de preço resultante da nova contratação realizada para complementação do interrompido;

Parágrafo único. As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

CAPÍTULO XX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Em âmbito municipal, a convocação dos interessados em participar do certame licitatório será efetuada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na página eletrônica mantida no site oficial do Município de Monte Alto-SP, assim como em aviso resumido no Diário Oficial do Município e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Até a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas, a publicidade dos procedimentos fundados nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº10.520, de 17 de julho de 2002e nº 14.133, de 1º de abril de 2021 far-se-á no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e nos demais meios de divulgação aplicáveis no caso concreto.

Art. 37. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Alto, 27 de julho de 2023.